

Dados Básicos

Programa:	Direito (32006012027P8)
Nome:	CONTRATOS NA SOCIEDADE DE CONSUMO
Sigla:	PDI
Número:	057
Créditos:	3
Período de Vigência:	02/03/2015 à -
Disciplina obrigatória:	Não

Ementa: Contrato, ideologia e poder. O Estado por meio de contratos. Exclusividade e declínio da lei: o contrato como instrumento de governo da sociedade civil. Contrato e relevância dos axiomas constitucionais (confiança, dignidade da pessoa humana e solidariedade). Contrato: fonte de direitos. Contrato, pessoa e mercado. Contrato situado na sociedade conjuntural, referencial e de redes. Princípios do direito contratual. Hermenêutica contratual e evolução taxonômica (contratos gré à gré, contratos de adesão, contratos de lucro, contratos existenciais). Contrato, contato social e tempo (contratos relacionais). Vulnerabilidade e consumidor: contratos empresariais, contratos de adesão e de consumo. Atipicidade e tipicidade contratual. Contrato, economia financeira e crédito responsável: prevenção ao superendividamento. Contrato, conexão e sustentabilidade: função social. Contrato e cyber-espço (dimensão espacial e multimedial). Contratos eletrônicos: aspectos estruturantes, marco civil e dogmática. Proteção e ordem pública contratual: o problema das cláusulas abusivas. Cláusulas abusivas gerais (cláusulas de desnaturalização e cláusulas de renúncia ou restrição) e cláusulas abusivas específicas. Efeitos da abusividade. Foco teórico: A disciplina tem como foco aprofundar a investigação científica e o debate sobre os efeitos da sociedade pós-moderna (e ainda em construção) frente ao instituto jurídico (dinâmico e diacrônico) que é o contrato. O envolvimento epistemológico fornecerá a perspectiva de entrelaçamento da sociedade, mercado e consumidores através do contrato. Instrumento que reflete relação jurídica fundamental, mesmo que historicamente conceituado a partir de reciprocidade econômica e patrimonial, o contrato perfila ambiente hermenêutico inovador que permite a promoção e o livre desenvolvimento da pessoa, tanto a partir da incidência de direitos fundamentais, como direitos da personalidade, ensejando relevância existencial.

Bibliografia: ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros. ALMEIDA NETO, Amaro Alves de. Dano existencial a tutela da dignidade da pessoa humana. In: Revista de Direito Privado. v. 24. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005. ALVES, José Carlos Moreira. Direito Romano. 14ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. ALVIM, Agostinho. Da inexecução das obrigações e suas consequências. São Paulo: Saraiva, 1980. ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo e totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. ÁVILA, Humberto. Teoria dos princípios, São Paulo, 2006. AZEVEDO, Antônio Junqueira de. Caracterização jurídica da dignidade da pessoa humana. In: Estudos e pareceres de Direito Privado. São Paulo: Saraiva, 2004. _____. Ciência do direito, negócio jurídico e ideologia. In: Estudos em homenagem ao Professor Sílvio Rodrigues. Org. José Roberto Pacheco di Francesco. São Paulo: Saraiva, 1989. _____. Crítica ao personalismo ético da Constituição da República e do Código Civil. In: Princípios do novo Código Civil Brasileiro e outros temas. Homenagem à Tullio Ascerelli. Antônio Junqueira de Azevedo, Heleno Taveira Tôres e Paolo Carbone (org.). São Paulo: Quartier Latin, 2008. _____. Entrevista à RTDC. In: Novos estudos e pareceres de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2009. _____. Natureza jurídica do contrato de consórcio (sinalagma indireto). Onerosidade excessiva em contrato de consórcio. Resolução parcial do contrato. In: Novos estudos e pareceres de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2009. _____. Natureza jurídica do contrato de consórcio (sinalagma indireto). Onerosidade excessiva em contrato de consórcio. Resolução parcial do contrato. _____. Negócio jurídico: existência, validade e eficácia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. _____. Os princípios do atual direito contratual e a desregulamentação do mercado. Direito de exclusividade nas relações contratuais de fornecimento. Função social do contrato e responsabilidade aquiliana do terceiro que contribui para inadimplemento contratual. In: Estudos e pareceres de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2004. _____. Os quatro evangelhos e o direito civil. In: Revista trimestral de direito civil. v. 40. Rio de Janeiro: Padma, 2009. _____. Relatório brasileiro sobre revisão contratual apresentado para as Jornadas Brasileiras da Associação Henri Capitant. In: Novos estudos e pareceres de direito privado. São Paulo: Saraiva, 2009. _____. Responsabilidade pré-contratual no Código de Defesa do Consumidor: estudo comparativo com a responsabilidade pré-contratual no direito comum. In: Estudos e pareceres de direito privado: São Paulo Saraiva, 2004. BARCELONA, Pietro. Diritto privato e processo economico. 2ª ed. Napoli: Jovene Editore, 1977. _____. El individualismo propietario. Trad. Jesús Ernesto García Rodríguez. Madrid: Trotta, 1996. BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito: o triunfo tardio do direito Constitucional do Brasil: a constitucionalização do direito: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Cláudio Pereira de Souza Neto e Daniel Sarmiento (Coord.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. BECK, Ulrich. Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010. BELLIVIER, Florence e NOIVILLE, Christine. Contrats et vivant. Paris: L.G.D.J. 2006. BIANCA, Cesare Massimo. Diritto civile: il contratto. v.3. Milano: Giuffrè, 1987. BINENBOJM, Gustavo. Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. BOBBIO, Norberto. Da estrutura à função. Trad. Daniela Beccaccia Versiani. Barueri: Manole, 2007.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. A proteção das expectativas legítimas derivadas das situações de confiança: elementos formadores do princípio da confiança e seus efeitos. Revista de Direito Privado vol. 12. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002. _____ . Função social dos contratos: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARBONELL, Miguel. Neoconstitucionalismo(s). 3a ed. Madrid: Trotta; 2006. ENGISCH, Karl. Introdução ao pensamento jurídico. 8ª ed. Trad. João Baptista Machado. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. ENTERRÍA, Eduardo García de. La Constitución como norma y el Tribunal Constitucional. 4ª ed. Navarra: Thomson-Civitas, 2006. ESPÍNOLA, Eduardo. Sistema do direito civil brasileiro: teoria geral das relações jurídicas da obrigação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1944. FACHIN, Luiz Edson. Contratos e ordem pública. Questões do direito civil brasileiro contemporâneo. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, p. 26. FLUME, Werner Flume. El negocio jurídico, Madrid: Fundación Cultural del Notariado, 1998. GALGANO, Francesco. La globalización en el espejo del derecho. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 2005. GASSET, Ortega y . La rebelión de las masas. Madrid: El país, 2002. GHERSI, Carlos Alberto. Contratos civiles y comerciales: empresas, negócios, consumidores. Tomo 1. Buenos Aires: Astrea, 1998. GHESTIN, Jacques. Traité de droit civil: les obligations: le contrat, principes et caracteres essentiels, ordre public - consentement, objet, cause, théorie générale des nullités. Paris: L.G.D.J., 1980. GODOY, Cláudio Luiz Bueno de. Função social do contrato: os novos princípios contratuais, São Paulo: Saraiva, 2004. GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2009. KANT, Immanuel. Fundamentos da metafísica dos costumes. Trad. Lourival de Queiroz Henkel. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1975. _____ . Lo Stato di diritto. A cura di Nicolao Merker. Roma: Riuniti, 1973. LARENZ, Karl. Derecho civil: parte general. Trad. Miguel Izquierdo e Macias-Picavea. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1978. _____ . Derecho de obligaciones. Tomo I. Trad. Jaime Santos Briz. Madrid: Editorial Revista de Derecho Privado, 1958. LORENZETTI, Ricardo Luis. Consumidores. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2006. _____ . Teoría general del contrato y de los servicios: una teoría sistémica del contrato. Contratos de servicios a los consumidores. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 2005. _____ . Teoría general del contrato y de los servicios: una teoría sistémica del contrato. _____ . Tratado de los contratos. Tomo 1. Santa Fe: Rubinzal-Culzoni, 1999. LOTUFO, Renan. Código civil comentado: parte geral. São Paulo: Saraiva, 2003. MACEDO JÚNIOR, Ronaldo Porto. Contratos relacionais e defesa do consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. MACHADO, João Baptista. Obra dispersa. vol. 1. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991. MACNEIL, Ian R.. O novo contrato social. Trad. Alvar de Campos Andrade Lamparelli. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. MARQUES, Cláudia Lima. A chamada nova crise do contrato e o modelo de direito privado brasileiro: crise de confiança ou de crescimento do contrato? In: A nova crise do contrato: estudos sobre a nova teoria contratual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007. _____ . Confiança no comércio eletrônico e a proteção do consumidor. São Paulo: RT, 2004. _____ . Contratos no Código de Defesa do Consumidor, São Paulo: RT, 2002. _____ . Proteção do consumidor no comércio eletrônico e a chamada nova crise do contrato: por um direito o consumidor aprofundado. Revista de direito do consumidor, v. 57. São Paulo: RT, 2006. MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado: sistema e tópicos no processo obrigacional. São Paulo: RT, 2000. _____ . Diretrizes teóricas do novo Código Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002. MAZEAUD, Henri Leon y MAZEAUD, Jean. Lecciones de derecho civil. v. I. Buenos Aires: Ejea, 1959. MEIRELLES, Jussara. O ser e o ter na codificação civil brasileira; do sujeito virtual à cláusula patrimonial. In: Repensando os fundamentos do Direito Civil Brasileiro Contemporâneo. Luiz Edson Fachin (coord.). Rio de Janeiro: Renovar, 1998. MELLO, Marcos Bernardes de. Teoria do fato jurídico: plano da validade. São Paulo: Saraiva, 2001. MENEZES CORDEIRO, Antônio Manuel da Rocha e. Da boa fé no direito civil. 2ª reimpressão. Coimbra: Almedina, 2001. MONTESQUIEU. O espírito das leis. v. 1. São Paulo: Abril, 1997. MORAES, Maria Celina Bodin de. Danos à pessoa humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. MORAES, Walter. Concepção tomista de pessoa. In: Revista de Direito Privado. v. 2. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000. MOSSET ITURRASPE, Jorge. Contratos conexos: grupos y redes de contratos. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1999. _____ . Interpretación económica del contrato. Santa Fé: Rubinzal-Culzoni, 1994. NEGREIROS, Teresa. Teoria do contrato: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. NEVES, Antônio Castanheira Neves. Metodologia jurídica: problemas fundamentais. Coimbra: Coimbra Editora, 1993. NEVES, Marcelo. Transconstitucionalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009. NINO, Carlos Santiago. Ética y derechos humanos: un ensayo de fundamentación. Buenos Aires: Astrea, 2007. NORONHA, Fernando. Direito das obrigações. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007. _____ . O direito dos contratos e seus princípios fundamentais. São Paulo: Saraiva, 1994. OPPO, Giorgio. Disumanizzazione del contratto? Rivista di Diritto Civile, ano XLIV, n. 5, p. 525-533, 1998. ORGAZ, Alfredo. Las personas humanas: esencia y existencia. Buenos Aires: Hammurabi, 2000. PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de direito civil. V. II (Teoria Geral das Obrigações), 24ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011. PERLINGIERI, Pietro. Perfis do direito civil. Trad. Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 1999. PIÑÓN, Benjamín Pablo. El orden público en la Constitución, en la ley y en derecho. In: Revista de Derecho Privado y Comunitario. Buenos Aires: 2007. PINTO, Carlos Alberto da Mota. Teoria Geral do Direito Civil, 3ª ed. Coimbra: Almedina, 1992. PINTO, Paulo Mota. Declaração tácita e comportamento concludente no negócio jurídico. Coimbra: Almedina, 1995. PUGLIATTI, S. La proprietà nel nuovo diritto. Milano: Giuffrè, 1954. REALE, Miguel. Introdução à filosofia. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002. REYS, Alberto Oehling de los. La dignidad de la persona: evolución histórico-filosófica, concepto, recepción constitucional y relación con los valores y derechos fundamentales. Madrid: Dykinson, 2010. RODOTÀ, Stefano. Il terribile diritto: studi sulla proprietà privata. Bologna: Il Mulino, 1981. RODRÍGUEZ, Manuel Atienza. Sobre la clasificación de los derechos humanos em la Constitución. Madrid: Revista de la Facultad de Derecho de la UCM. v. 2., 1979. ROPPO, Enzo. Il contratto e le fonti del diritto. In: contratto e impresa. Fascículo 3. _____ . O contrato. Coimbra: Almedina, 1998. SANDEL, Michael J. O liberalismo e os limites da justiça. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2005. SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. _____ . Direitos fundamentais sociais, mínimo existencial e direito privado. In: Revista de Direito do consumidor. v. 61. São Paulo: RT, 2007. TEPEDINO, Gustavo. Atividade sem negócio jurídico fundante e a formação progressiva dos contratos. In: Revista Trimestral de Direito Civil. v. 44. Rio de Janeiro: Padma, 2010. TEUBNER, Gunther. O direito como sistema autopoietico. Trad. José Engrácia Antunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989. TOFFLER, Alvin. El shock del futuro. Trad. J Ferrer Aleu. Barcelona: Plaza & Janes Editores, 1971. TRIMARCHI, Pietro. Rischio e responsabilità oggettiva. Milano: Giuffrè, 1961. VON THUR, Andreas. Tratado de las obligaciones, t.1. Trad. W. Roces. Madrid: Editora Reus, 1934. WIEACKER, Franz. História do direito privado moderno. 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980.

Curso	Nível	Carga Horária
DIREITO PÚBLICO	Mestrado	45.0 (hs)

Área(s) de Concentração obrigatória(s) à Disciplina

DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

Turma(s)

Período/Ano	Nome	Docentes
1/2016	-	KEILA PACHECO FERREIRA (Docente)
2/2017		FERNANDO RODRIGUES MARTINS (Docente)

Fechar

[Ir para o topo](#)

Versão 3.13.0

Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco L, Lote 06,
CEP 70040-020 - Brasília, DF CNPJ 00889834/0001-08 -
Copyright 2010 Capes. Todos os direitos reservados.

Desenvolvido pela Cooperação e